

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem (SF) nº 59, de 2020, da Presidência da República, que *submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o nome do Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, KASSIO NUNES MARQUES, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal em vaga decorrente da aposentadoria voluntária do Ministro José Celso de Mello Filho.*

Relator: Senador **EDUARDO BRAGA**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, por meio da Mensagem (SF) nº 59, de 2020, (nº 565, de 2020, na origem), o nome do Doutor KASSIO NUNES MARQUES, Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em vaga decorrente da aposentadoria voluntária do Senhor Ministro José Celso de Mello Filho, nos termos dos arts. 52, inciso III, alínea *a*, e 101, caput e parágrafo único, da Constituição Federal (CF), regulamentado pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A Carta Magna estabelece que o Supremo Tribunal Federal é composto de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 101, caput). O art. 52, III, *a*, combinado com o parágrafo único do já referido art. 101, atribui ao Senado da República competência privativa para aprovar, previamente, por voto secreto e maioria absoluta, a escolha de Ministro do STF realizada pelo Presidente da República, após arguição em sessão pública.

No âmbito do regramento interna corporis desta Alta Casa Legislativa, o art. 101, II, *i*, do Regimento Interno do Senado Federal, confere a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a



SF/20224.54726-08

Página: 17 14/10/2020 09:58:07

b8da57403c715ee63b30a134aef45ed796a346cd



competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383 da referida norma regimental. Em acréscimo, este colegiado deve observância ao Ato nº 1, de 2007, na realização das sabinas de autoridades.

Em atenção ao art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, o indicado encaminhou o seu currículo, e outros documentos, que passamos a resumir.

KASSIO NUNES MARQUES é brasileiro, casado, nascido em Teresina, no Estado do Piauí, no dia 16 de maio de 1972, filho de Raimundo Corrêa Marques e Carmen Dolores Neiva Nunes Marques.

Quanto a sua formação e a suas atividades acadêmicas, é bacharel em Direito, formado pela Universidade Federal do Piauí, desde 1994. Em 2015, obteve o título de Mestre em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal. Recentemente, em setembro de 2020, foi aprovado Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca, Espanha. Em relação ao desenvolvimento acadêmico do indicado, percebem-se atividades intensas de pesquisa e de cursos de aprimoramento internacional nas áreas de direitos humanos, direito constitucional, direito civil e direito penal.

Seja como palestrante, debatedor, mediador, presidente de mesa ou expectador, o indicado possui vasta participação em seminários, congressos e simpósios jurídicos. Além disso, tem publicado artigos com opinião jurídica em livros e periódicos sobre temas de alta relevância pública tais como o salário-maternidade às índias Maxacali, a judicialização do direito à saúde, a reserva de jurisdição e os mecanismos de solução de conflitos no direito da energia.

Profissionalmente, o indicado foi concessionário lotérico da Caixa Econômica Federal entre 1991 e 2000. Dois anos após sua graduação em Direito, em 1996 passou a exercer a advocacia, especialmente trabalhista e tributária. O escritório “Marques, Carvalho e Araújo – Advogados Associados” foi registrado em 2001. Nos dois biênios entre 2008 e 2011, foi indicado e reconduzido para vaga destinada a advogado no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI), para exercício do cargo de Juiz Eleitoral.

Em 2011, KASSIO NUNES MARQUES foi escolhido pelos seus pares do Conselho Federal da OAB para integrar a lista tríplice para preenchimento de vaga de Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região,



por meio do “quinto constitucional”. Tal escolha teve respaldo na consistente participação do indicado como Conselheiro Seccional da OAB-Piauí de 2007 a 2009 – quando presidiu a Comissão de Preservação do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a Comissão de Tomada de Contas e Orçamento –, e como Conselheiro Federal Suplente da OAB de 2010 a 2011 – quando foi membro da Comissão Nacional de Direito Eleitoral e Reforma Política.

Nos últimos 9 anos, no TRF1, o indicado vem exercendo atribuições de destaque com cunho jurisdicional e administrativo como: Presidente da 6ª Turma da 3ª Seção; Presidente da Comissão de Jurisprudência; Presidente da Comissão de Reforma do Regimento Interno; Presidente da Comissão de Obras da Nova Sede do Tribunal; e, entre 2018 e 2020, de Vice-Presidente do TRF1.

Como Vice-Presidente do TRF1 no biênio 2018 a 2020, possuiu competência monocrática para realizar o juízo de admissibilidade de recursos excepcionais dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra acórdãos do TRF1.

Nesse mister, segundo salienta no arrazoado que instrui a documentação recebida por esta Comissão, alega: “tive a oportunidade de aplicar, na gestão de processos julgados em bloco, a experiência angariada na advocacia de massa, implementando inovadoras técnicas de gestão de acervo e composição de equipes que resultou, somente nestes apenas dois anos, em mais de 181.000 (cento e oitenta e um mil) provimentos jurisdicionais, que engloba mais de 8.000 (oito mil) acórdãos julgados na Corte Especial, recorde histórico que em muito contribuiu para que o TRF1 ficasse, no ano de 2019, em 4º lugar entre os Tribunais que mais julgam no país, atrás apenas do Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Justiça de São Paulo”.

O equilíbrio entre reflexão teórica e práxis forense tem sido a nota de destaque na biografia do indicado. Sem pretensões academicistas, aprofundou seus estudos com o objetivo de incrementar a própria atuação jurisdicional. E obteve êxito. Prova disso é a quantidade de decisões bem fundamentadas de alto impacto econômico e social que exarou nos nove anos em que atua no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Decisões emblemáticas como a que suspendeu, em 2018, a ordem judicial de proibição de registro de produtos que contenham as substâncias abamectina e glifosato; a que suspendeu, também em 2018, ordem de impedir o ingresso de imigrantes venezuelanos no Brasil em



desacordo com tratados internacionais; a que suspendeu provimento liminar que obrigava a desocupação de 2,5 mil moradores – não índios – da comunidade Jarudore, no município de Poxoréu, em Mato Grosso; e a que manteve a Resolução 26/2015 da ANVISA que obrigava a rotulagem de produtos alergênicos.

Em razão dos serviços prestados, recebeu diversas homenagens e condecorações de alcance internacional, nacional e subnacional, destacando-se: o Diploma do Mérito Internacional da Justiça, do Centro de Estudos de Direito Europeu; a Medalha do Pacificador, do Exército Brasileiro; a Medalha de Comendador da Ordem do Mérito Aeronáutico, da Força Aérea Brasileira e a Medalha de Grande Oficial da Ordem do Mérito Renascença, do Governo do Estado do Piauí.

Atendendo às determinações do art. 383, inciso I, alínea *b*, do RISF, o indicado apresentou declarações nas quais informa seus vínculos familiares, participação em empresas, sua regularidade fiscal, a existência de ações judiciais em que figure como autor ou réu bem como se atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de estatais ou direção de agências reguladoras.

O indicado informou que não possui parentes que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional.

Declarou também que não é sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, mas que figurou como proprietário ou sócio das seguintes empresas: Lex Advocacia e Consultoria, de 2001 a 2011, como sócio quotista e administrador conjunto; SKM Comércio Ltda, de 2003 a 2008, como sócio administrador; e Lamark Construções Ltda, de 2012 a 2013, como sócio quotista.

Informou também que se encontra em situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública em âmbito federal, estadual e municipal, em relação ao seu domicílio e residência, apresentando Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como Certidão de Dívida Ativa-Negativa do Distrito Federal.

Declarou que não figura como autor ou réu em ações e execuções cíveis ou criminais na Justiça Federal da 1ª Região tampouco nas Seções Judiciárias do Distrito Federal e do Estado do Piauí. Ainda, inexistem



SF/20224.54726-08

Página: 4/7 14/10/2020 09:58:07

b8da57403c715ee63b30a134aef45ed796a346cd



ações penais militares ou com sentença condenatória transitada em julgado no nome do indicado na Justiça Militar da União.

Declarou que não teve qualquer atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu a presente indicação, em conselhos de administração de empresas estatais, ou em cargo de direção de agências reguladoras.

O indicado apresentou argumentação escrita de forma sucinta em que demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Ministro do Supremo Tribunal Federal, dando cumprimento à alínea *c* do inciso I do art. 383 do RISF.

Não obstante o extenso catálogo de decisões bem fundamentadas tecnicamente, nas últimas semanas assistimos a uma quantidade significativa de questões sobre a formação do indicado. No entanto, não observamos fatos relevantes que pudessem suscitar dúvidas sobre seu saber jurídico ou desabonar sua reputação – estes, sim, requisitos constitucionais para o exercício do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Primeiro, uma confusão semântica no uso de uma palavra em espanhol no currículo do indicado foi reverberada como se grave inautenticidade fosse. Depois, uma suposta sobreposição cronológica nos cursos que frequentou foi divulgada como indicativo de falsidade.

As explicações complementares prestadas em correspondência dirigida a todos os senhores Senadores e senhoras Senadoras afastam qualquer especulação sobre a boa-fé do indicado e a higidez das informações curriculares. Ainda que se verificasse alguma inconsistência concreta – o que não ocorreu e admite-se apenas para argumentar – isso influiria muito pouco no exame dos requisitos constitucionais que adstringem esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O indicado não é professor universitário e nem se apresenta como tal. Não recebe adicionais e nem foi promovido em razão de cursos que tenha atendido. Também não precisa de títulos acadêmicos para julgar de acordo com a Constituição e as leis. Os cursos que frequentou – realizados sem prejuízo de suas funções jurisdicionais, saliente-se – são acréscimos de conhecimento buscados por um juiz irrequieto, não a caçada frenética pelo preenchimento de requisitos para o exercício da judicatura.



Com acuidade peculiar, Rui Barbosa advertia em sua Oração aos Moços: “Vulgar é o ler, raro o refletir. O saber não está na ciência alheia, que se absorve, mas, principalmente, nas ideias próprias, que se geram dos conhecimentos absorvidos, mediante a transmutação, por que passam no espírito que os assimila”. E conclui o patrono deste Senado da República: “Um sabedor não é armário de sabedoria armazenada, mas transformador reflexivo de aquisições dirigidas”.

Julgar é sacerdócio que exige formação humanística, não títulos. É preciso honestidade, estudo, sensibilidade social, compreensão dos problemas nacionais e, sobretudo, respeito às balizas da Constituição e ao espaço que ela delimita para cada instituição do Estado. Possivelmente uma parte do desarranjo que o Brasil tem vivido nesta década está relacionada à crescente ocupação dos espaços institucionais de poder por teóricos que, como reis-filósofos da utopia platoniana, desejam impor sua doutrina ao povo e seus representantes.

Mirar abstratamente o curriculum do indicado significa retirar a dimensão humana dos conhecimentos que ele adquiriu, das reflexões que produziu e da prudência que exercitou ao longo de sua trajetória. Tomo de empréstimo a preleção já citada de Rui Barbosa para afirmar que o “notável saber jurídico” exigido pela Constituição tem menos a ver com títulos e diplomas, e mais com sementes de conhecimento que germinam em terreno fértil de humildade intelectual e devoção a causas justas abraçadas durante uma vida inteira. Para aferir isso não se deve olhar apenas o curriculum, mas o conjunto da biografia do indicado.

Despreza o exemplo de garra e perseverança que o piauiense KASSIO NUNES MARQUES representa aquele que se apega às notas de rodapé e às entrelinhas de sua produção bibliográfica com o objetivo de impingir-lhe críticas vazias de conteúdo. Não tomei conhecimento, até o momento, de um único questionamento sobre defeitos nas decisões judiciais que exarou ou sobre sua conduta como magistrado. Ao contrário, é enaltecido por advogados e membros do Ministério Público, como retratam as manifestações escritas recebidas da OAB e da CONAMP, entidades que congregam um milhão de advogados e dezoito mil promotores e procuradores de todo o Brasil, respectivamente.

Diante do exposto, considerando tratar-se de deliberação por voto secreto, limitamo-nos a proferir este relatório, acreditando termos fornecido às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores integrantes desta Comissão os elementos suficientes para decidir sobre a indicação do Senhor



SF/20224.54726-08

Página: 6/7 14/10/2020 09:58:07

b8da57403c715ee63b30a134aef45ed796a346cd



KASSIO NUNES MARQUES para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/20224.54726-08

Página: 7/7 14/10/2020 09:58:07

b8da57403c715ee63b30a134aef45ed796a346cd

